

## PREFEITURAS

## Equilíbrio no orçamento

Informatização vai ajudar a administração financeira

Da análise das políticas implementadas pela Sert desde 1995, já foi possível identificar a clientela alvo dos programas de microcrédito a serem atendidos com recursos do Banco do Povo, Programa Nacional para a Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Auto-Emprego (PAE), Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), Primeiro Emprego e Frentes de Trabalho. Foi possível também identificar instituições parceiras para programas de formação profissional.

Na primeira fase, segundo Pochmann, tratou-se de avaliar – por meio de uma série de seminários que contaram com a participação de técnicos da SERT e especialistas do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp – a capacidade de o Estado intervir no mercado de trabalho. Na segunda fase, novos seminários deverão analisar a forma mais adequada de implementação de políticas públicas na área. “O maior mérito do projeto até agora foi a formação de uma equipe de estudiosos (historiadores, economistas e sociólogos), preocupados em obter resultados quantitativos e qualitativos”, diz Pochmann. Sabe-se, por exemplo, que entre 1995 e 2000 dobraram os índices de desemprego, apesar de ter havido investimento na qualificação de mão-de-obra e expansão de programas importantes como os de microcrédito (Banco do Povo), que já conta, hoje, com cem unidades em todo o Estado.

Ao final do projeto, Pochmann espera produzir não apenas mais um relatório, mas uma referência para análise das políticas públicas, oferecendo uma metodologia de avaliação com critérios de gestão e impacto (eficiência e eficácia). “Queremos colocar efetivamente o conhecimento da universidade a serviço do Estado e permitir a capacitação de comissões municipais de emprego na identificação e gestão de políticas públicas locais.”

Uma pesquisa acadêmica poderá, desenvolvendo metodologia apropriada, ajudar as prefeituras a vencer o desafio de equilibrar o orçamento municipal. “Os prefeitos hoje têm uma espada apontada para suas cabeças”, diz Carlos Alberto Vogt, ex-diretor executivo do Instituto Uniemp e coordenador da

cerca de 70 mil habitantes, na divisa de São Paulo com Minas Gerais. Apoiado pela FAPESP, o projeto deverá estar concluído até janeiro de 2002, quando o modelo será disponibilizado para outras prefeituras. Em linha com o “governo eletrônico” que São Paulo está implantando, o programa dá ênfase à automação de tarefas. Computadores e Internet



LAURABEATRIZ

pesquisa. De fato, quem não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal – gastando com pessoal não mais que 60% da receita –, arrisca-se a ser condenado à prisão por crime contra o patrimônio público. “Diante disso, as prefeituras terão de otimizar seu sistema de gestão, desde o processo de arrecadação até a aplicação dos recursos arrecadados”, afirma Vogt. “A partir daí, terão condições não apenas de cumprir as obrigações legais como ainda obter recursos para investir em seus programas sociais.”

O Instituto Uniemp, entidade que procura aproximar universidades e empresas, desenvolve o estudo em parceria com a Prefeitura de São João da Boa Vista, município com

tornam possível reduzir custos, enxugar a máquina, criar transparência para os cidadãos – e, combatendo a sonegação, aumentar a receita mais pela eficiência do que pela elevação dos impostos. “As prefeituras precisam agir com mais cautela, ampliando a base arrecadadora sem matar o contribuinte.” Mas o ponto fundamental do projeto é que ele exige total comprometimento dos prefeitos para corrigir uma distorção bastante comum. “Em vez de partirem da receita real para definirem as despesas, os municípios fazem exatamente o oposto: levantam as despesas e depois têm de inchar as receitas para equilibrar as contas. Isso precisa ser corrigido”, afirma Vogt.